

DELIBERAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE JOÃO ALFREDO/PE

2007-2017




**9^a Conferência
Municipal de
ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE JOÃO ALFREDO-PE**

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social.



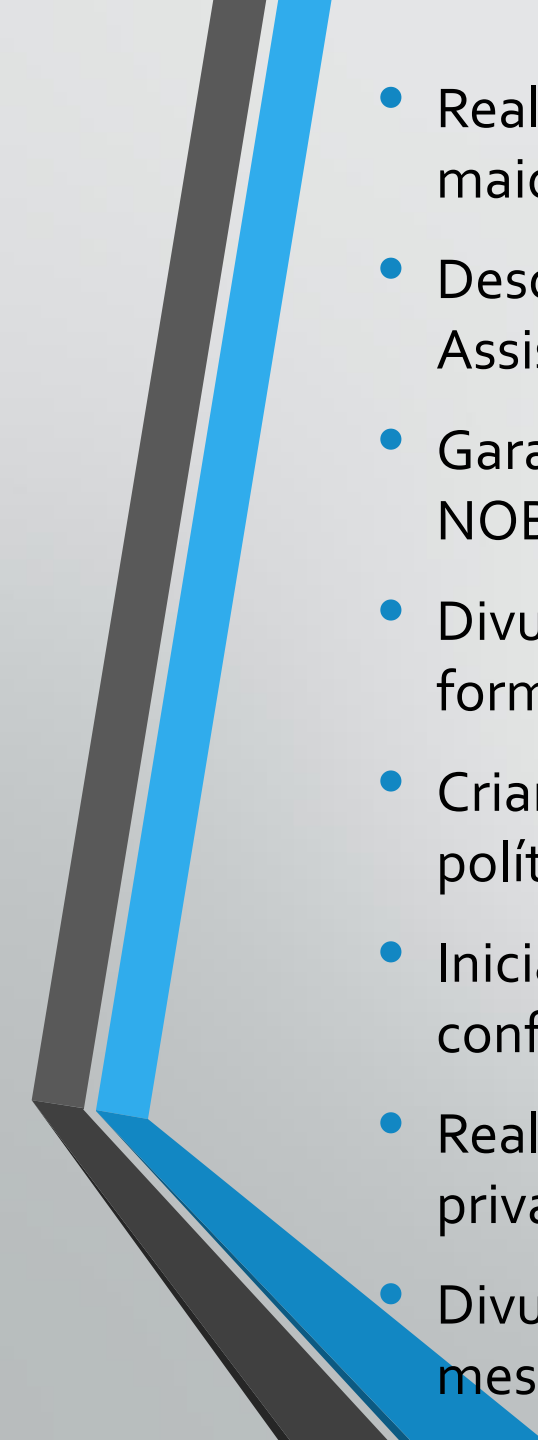
**III CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL -
2007**

- 
- Articular com as instâncias de governo federal e estadual para o contínuo financiamento das ações da assistência social.
 - Elaborar projetos de captação de recursos financeiros.
 - Realizar a prestação de contas do FMAS e acompanhamento da população.
 - Estabelecer consórcios intermunicipais para atendimento de alta complexidade.
 - Ampliar a per capita para acesso a benefícios assistenciais.
 - Ampliar o número de técnicos especializados para atendimento da população.
 - Assegurar a permanência dos programas existentes e ampliar a rede socioassistencial de serviços, com implantação de novos programas.
 - Elaborar a cartilha informativa acessível para a população.
 - Ampliar os projetos de geração de renda para as famílias mais vulneráveis do município.
 - Garantir acessibilidade de acordo com as necessidades de cada um.
 - Implantar o CREAS.
 - Implantar centros de convivência para pessoas idosas e deficientes com atendimento especializado.
 - Elaborar o Plano Municipal de Assistência Social.
 - Criar ouvidorias.
 - Criar espaço físico com infraestrutura adequada para o funcionamento do CMAS.



**IV CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- 2009

- 
- Realizar capacitação dos conselheiros municipais de assistência social para um maior entendimento em relação ao ciclo orçamentário.
 - Descentralizar a gestão dos recursos e garantir a autonomia para a secretaria de Assistência Social.
 - Garantir formação continuada dos trabalhadores da área conforme preconiza a NOB-RH/SUAS.
 - Divulgar de forma ampliada e continuada os direitos dos usuários, bem como formas de acesso e reivindicação.
 - Criar ou ampliar os fóruns de discussão, divulgação na mídia, apresentação das políticas públicas (programas, projetos e serviços) existentes no município.
 - Iniciar o processo de mobilização popular antecedendo 4 meses antes da conferência, envolvendo todas as comunidades rurais.
 - Realizar divulgação das conferências através do CMAS nas escolas públicas e privadas do município.
 - Divulgar vinhetas anunciando a realização da conferência por um período de dois meses na rádio comunitária do município.



**V CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL -
2011**

- Maior investimento financeiro para o grupo de idosos.
- Aumentar os recursos do IGD para incentivar o desenvolvimento dos programas voltados para os usuários do Programa Bolsa Família.
- Informar através da mídia e da equipe multidisciplinar envolvidas nas políticas setoriais (saúde, educação e assistência social) quanto aos reais objetivos do PBF.
- Melhorar e adequar os espaços físicos – infraestrutura e equipamentos para qualificar o atendimento dos usuários do SUAS
- Fomentar parcerias com empresas privadas para melhorar os serviços, programas e projetos da Assistência Social.
- Construir ou comprar sede própria para o SCFV com idosos
- Aumentar o conhecimento dos direitos e deveres por parte dos conselheiros
- Realização de acompanhamento e monitoramento por parte dos conselheiros.
- Garantir a participação, de forma efetiva, dos conselheiros na construção da LDO.
- Implantar um programa de rádio com temáticas propostas pelo CMAS.



**VI CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL -
2013**

- Estabelecer percentual fixo de recursos para as políticas da Assistência social.
 - Incentivar a doação de 1% do abatimento do imposto de renda de pessoa jurídica para implementar ações nas secretarias de Desenvolvimento Social.
 - Implementar um CRAS itinerante de modo a garantir o serviço de proteção social básica nas comunidades rurais.
 - Ampliar o serviço de fortalecimento de vínculos para as comunidades rurais.
 - Realizar formações continuadas aos trabalhadores do SUAS.
 - Criar piso salarial para funcionários da assistência social.
 - Proporcionar condições para os usuários participarem dos programas efetivamente.
 - Implantar casas de apoio para crianças, adolescentes e idosos.
 - Criar ouvidoria do SUAS.
 - Implantar a vigilância socioassistencial.
- Divulgar informações sobre a Assistência Social.



**VII CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- 2015

- Implantar o percentual orçamentário de 5% sobre o total da arrecadação para a assistência social.
- Implantar uma unidade de acolhimento regionalizado que atenda pessoas em situação de risco.
- Implantar o programa atitude no agreste setentrional.
- Implantar a casa da juventude e criar o conselho de juventude.
- Descentralizar os serviços, programas e projetos nas comunidades.
- Implantar o Programa Vida Nova no município.
- Ofertar educação permanente para os trabalhadores do SUAS.
- Implantar equipe volante do CRAS.
- Garantir a estruturação da Secretaria de Desenvolvimento Social com formalização de áreas essenciais.
- Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores no conselho municipal de assistência social.
- Ampliação da cobertura do PAIF.
- Ampliar o acompanhamento do PAIF E PAEFI.
- Garantir recursos financeiros para os benefícios eventuais.
- Garantir o cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no Cadúnico.
- Estimular a intersetorialidade da política de assistência social com as demais políticas públicas.
- Fortalecer o CMAS para exercício do controle social.
- Fortalecer os dispositivos da vigilância social.

- Promover acesso nos serviços socioassistenciais a pessoa com deficiência, através de profissionais capacitados e equipamentos adequados de acordo com a ABNT.
- Implantar nas cidades do interior o projeto Conduzir.
- Garantir atendimento social, psicológico e jurídico aos adolescentes e suas famílias.
- Consolidar a participação das famílias no acompanhamento das ações socioassistenciais.
- Regulamentar e ofertar benefícios eventuais.
- Fortalecer os serviços de atenção integral aos idosos e pessoas com deficiências.
- Criar uma lei específica para que a equipe técnica do CRAS e do CREAS não atendam as demandas oriundas da Justiça referentes à petição de guarda, curatela, divórcios, etc.
- Criar um banco de dados dos profissionais capacitados pelos cursos profissionalizantes e realizar parcerias com empresas/entidades para geração de empregos.
- Garantir capacitações para os técnicos da Assistência Social.
- Implantar o plano de cargos, carreiras e vencimentos da Assistência Social conforme a NOB-RH/SUAS, garantindo dotação orçamentária.
- Garantir que os planos municipais de assistência social contemplem o eixo gestão do trabalho.
- proporcionar uma política municipal intersetorial de atendimento a LGBT, pessoas que se encontram em vulnerabilidade social garantindo recursos para reinserção familiar e/ou comunitária, programa de geração de emprego e renda.
- Garantir concurso público para que o quadro técnico da área da assistência social seja efetivado.
- Promover fiscalização efetiva dos conselhos quanto a qualidade da execução dos serviços prestados pelos programas, instituições conveniadas e políticas de assistência social.
- Realizar o co-financiamento para implantação de CRAS em diversas áreas do município com situação de extrema vulnerabilidade social.
- Promover projetos e ações para que os usuários tenham conhecimento dos serviços que são ofertados pelo SUAS.

- Criar estratégias comunitárias que possibilitem divulgação das políticas públicas como agenda prioritária
- Promover ações socioeducativas que divulguem os serviços do SUAS referentes as medidas protetivas
- Monitorar os programas implantados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade e quantidade e o custo dos serviços
- Criar estratégias para que os usuários do SUAS participem da elaboração das propostas orçamentárias do FMAS.
- Elaborar cartilha informativa da PNAS com linguagem acessível
- Garantir recursos para construção de CRAS e CREAS
- Garantir recursos para ampliação dos CRAS nos municípios
- Garantir orçamento para aquisição, por meio da compra de imóveis próprios, para instalação e execução dos serviços/ações das políticas de assistência social, bem como para suas manutenções



**VIII CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL -
2017**


- Divulgar o que é o cadastro único nas escolas e comunidades e sua instancia de controle social/CMAS
- Ampliar o quantitativo de beneficiários do cadúnico e bolsa família.
- Realizar fiscalização continuada sobre o perfil dos beneficiários do Bolsa família através de visitas domiciliares e acompanhamento pelos CRAS.
- Promover e fiscalizar a acessibilidade aos prédios públicos.
- Aumentar o cofinanciamento para atender o SCFV, criando grupos nas zonas rurais.
- Ampliar as equipes do CREAS e CRAS e promover serviços itinerantes.
- Desenvolver trabalho continuado com a população quilombola garantindo seu desenvolvimento de acordo com seu contexto sociocultural.
- Fiscalizar o trabalho infantil com mais eficiência, levantando propostas e estratégias práticas não só mobilizatórias e conscientizadoras.
- Criar ouvidoria municipal para esclarecimento e dúvidas, denúncias, críticas, sugestões, entre outros referentes a assistência social e direitos humanos.
- criar comissão de usuários da Política de Assistência Social.
- Intensificar as capacitações do CAPACITASUAS para os conselhos de assistência social.
- Criar e intensificar rodas de diálogos e realizar encontros mensais para divulgar os serviços existentes sobre os programas e serviços do SUAS, em parcerias com a saúde, assistência social e educação.
- Criar calendário municipal de encontros intersetoriais e multidisciplinares sobre assistência social nas comunidades.
- Implantar o plano de cargos e carreiras da Assistência Social.

Enviar avisos aos beneficiários do Bolsa família no comprovante de recebimento do benefício sobre a importância da participação dos usuários nas conferencias e conselhos.

- Adicionar uma equipe volante para integrar o CRAS e o CREAS já existentes no município com o objetivo de ampliar a capacidade de trabalho do equipamento.
 - Reativar os CREAS regionais na perspectiva de apoio e orientação aos CREAS municipais.
 - Ampliar a oferta de abrigos e casas de acolhimento para crianças, adolescentes e idosos, contemplando cada região do Estado.
 - Ofertar o programa Jovem Aprendiz aos reeducandos da FUNASE.
 - Implantar no município o Programa Jovem Aprendiz.
 - Implantar centros de convivência para idosos.
 - Manter a idade mínima de 65 anos para acesso ao BPC idoso, sem desvincular o benefício do salário mínimo.
 - Ampliar a oferta de cursos de geração de renda como instrumento de autonomia e superação das vulnerabilidades.
 - Ampliar a oferta de vagas do Programa Atitude.
 - Ofertar termos de aceite em todos os municípios para os programas Acessuas Trabalho e AEPETI.
 - Garantir repasse de recursos para o atendimento da proteção social básica no domicílio.
 - Aumentar o quantitativo de CRAS e CREAS nos municípios.
 - Criar legislação específica que impeça o poder judiciário de utilizar os profissionais de Assistência Social para elaboração de laudos e pareceres das demandas judiciais.
 - Fomentar a criação e aprovação do piso nacional para os trabalhadores do SUAS de nível superior ou piso das categorias.
 - Criar legislação específica que determine o percentual mínimo de profissionais concursados nas secretarias de assistência social e programas sociais.
 - Criar legislação que garanta o repasse de recursos orçamentários mínimos de 15% para a Assistência Social.
 - Aumentar o quantitativo de metas do Programa Leite de todos no município de João Alfredo de acordo com o índice de natalidade e faixa etária de 02 a 07 anos.
 - Descentralizar a distribuição do leite do programa leite de todos para a zona rural.
 - Divulgar através de propagandas em carro de som e rádios os serviços socioassistenciais.
- Estabelecer fluxos de agendamento para a retirada de RG e aumentar o quantitativo diário de pessoas atendidas.
- Solicitar à câmara de vereadores a aprovação da lei municipal de benefícios eventuais.

EM RESUMO, O QUE QUEREMOS DESDE 2007:

- Expansão da cobertura e quantitativo de serviços, programas e benefícios do SUAS nos municípios.
- Valorização salarial e capacitações para as equipes.
- Garantia de repasse e aumento dos valores dos cofinanciamentos estaduais e federais.
- Aumento de vagas/metras a serem atendidas/acompanhadas nos equipamentos do SUAS.
- Aumento do quantitativo de trabalhadores do SUAS.
- Equipes itinerantes/volantes para garantia do direito socioassistencial de equidade rural-urbana/descentralização dos serviços.
- Divulgação dos serviços e direitos socioassistenciais.
- Construção de imóveis próprios para funcionamento dos serviços e programas sociais.
- Participação social e mobilização da sociedade civil.
- Fortalecer o controle social/conselho de Assistência Social.
- Criação de ouvidorias
- Criação de dados estatísticos e diagnósticos e monitoramento da execução das atividades nos programas e serviços do SUAS.



“Não devemos ter medo de ser apenas uma gota d’água. É a reunião das gotas que põe em movimento os riachos, os rios, os oceanos.”
(Dom Helder Câmara)

A luta não pode parar, ainda temos muito a conquistar! Avante SUAS!